



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos, no prédio do Palácio Municipal Serapião Ramos, situado na Avenida João Pessoa, nº 33, Centro, foi realizada a trigésima segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Luís Gonzaga do Maranhão, sob a presidência do vereador Greison Ribeiro Araújo e com a Mesa Diretora composta pelos vereadores: Francisco Eraldo Silva Oliveira (Vice-Presidente), Arlete Oliveira Nunes (Segunda-Secretária) e, logo após, pela vereadora Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano (Primeira-Secretária), e os demais vereadores: Antônia Hermenegilda Canuto, Anne Karolline da Conceição Santos, Arlete Oliveira Nunes, Eleonilson Nascimento Gomes, Eliseu Araújo de Sousa, Marineide Lisboa dos Santos e Raimundo Nonato Moraes Salazar. Sob a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a presente Sessão Ordinária e, em seguida, solicitou à Primeira-Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que fizesse a chamada nominal dos vereadores, constatando-se a ausência do vereador Rafael Luna Dantas da Silva. Logo em seguida, o Presidente Greison colocou a **Ata da trigésima primeira Sessão Ordinária realizada em 05 de dezembro de 2025** em votação, sendo **APROVADA POR UNANIMIDADE DE VOTOS**. Logo em seguida, o vereador e presidente Greison deu início ao Pequeno Expediente.

PEQUENO EXPEDIENTE

O vereador Eraldo Oliveira começou seu discurso cumprimentando a todos. Agradeceu a Deus por mais uma oportunidade de estar em mais uma sessão. Falou que recebeu com muita tristeza a notícia do acidente com a van do TFD (Tratamento Fora do Domicílio) do senhor Jereba, tendo como consequência a morte de uma pessoa. Expressou seus sentimentos à família do senhor que veio a óbito. Falou que na van houve somente danos materiais e nenhum ferido. Pediu a Deus discernimento e sabedoria para fazer o certo para o povo gonzaguense. Encerrou agradecendo a atenção. **A vereadora Anne Karolline** começou seu discurso cumprimentando a todos. Agradeceu a Deus por mais uma oportunidade de participar de mais uma sessão. Falou que o acidente com a van do TFD foi uma tragédia e estimou seus sentimentos ao motorista Jereba e às pessoas que estavam na van e suas respectivas famílias, desejando conforto a todos. Encerrou agradecendo a todos. **O vereador Eleonilson Gomes** começou seu discurso cumprimentando a todos que estavam presentes e as pessoas que acompanhavam a sessão pelas mídias de comunicação. Falou que se surpreendeu com a notícia sobre o acidente com a van do TFD, pois ainda não sabia. Relatou tristeza com todo o acontecimento, pois as pessoas saem para procurar saúde e passar por uma situação dessa acaba por agravar o estado de saúde dos doentes. Falou que acidentes acontecem todos os dias, porém nunca esperamos que aconteça conosco, e que devemos estar preparados para



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

qualquer adversidade que venha a aparecer. Enfatizou que o momento requer orações para todos os envolvidos, principalmente para a família do motorista que faleceu. Pediu conforto de Deus a todos que viajam todos os dias. Ressaltou que conhece o motorista da van e sabe que ele é um motorista responsável, pois normalmente ele faz viagens para a capital São Luís. Expôs que naquela semana recebeu uma visita dos moradores do Povoado Morada Nova dos Lucas, onde reclamaram da falta de água no povoado. Explicou que a falta de água no povoado está acontecendo não porque a bomba está queimada ou a caixa d'água está furada, mas por causa do controle, pois não existe no povoado uma pessoa responsável por ligar e desligar o dispositivo da água. Solicitou à presidência que envie um ofício ao Poder Executivo para saber se existe um responsável para ligar e desligar a bomba de água do povoado. Falou que ficou sabendo que tem um rapaz que provavelmente exerce esse ofício no povoado, porém ele vive se ausentando, impossibilitando o abastecimento regular e fazendo com que qualquer pessoa ligue e desligue a bomba de água. Falou que já teve essa reclamação anteriormente na Câmara. Pediu urgência ao seu pedido para que possam dar a resposta o mais rápido possível à comunidade. Falou que também recebeu moradores do Bairro Novo Matadouro, que reclamaram que a estrada do bairro está muito precária. O vereador falou que eles pediram que o prefeito desse uma atenção para o bairro com a colocação de piçarra. Expôs que espera que o prefeito atenda a esses pedidos, e encerrou agradecendo a todos. **A vereadora Antônia Canuto** começou seu discurso cumprimentando a todos. Falou que não sabia sobre o acidente ocorrido com a van do TFD e lamentou o falecimento do motorista do carro. Falou que o senhor Jereba já faz essas viagens há muitos anos, sendo um motorista experiente, porém são acontecimentos da vida que podem acontecer com qualquer pessoa, e que resta a todos fazer orações. Pediu paciência e compreensão a todos os envolvidos. Encerrou agradecendo pelo seu momento de discurso. **A vereadora Marilene Jerônimo** começou seu discurso cumprimentando a todos. Prestou sua solidariedade a todos os envolvidos no ocorrido com a van do TFD. Falou que sua cunhada ia na van, porém ela louvou pela vida dos sobreviventes. Encerrou com um bom dia. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** começou seu discurso cumprimentando a todos. Manifestou seus sentimentos a todos os envolvidos no acidente ocorrido com a van do TFD. Lamentou a perda de uma vida no acidente. Desejou um feliz fim de ano, enfatizando que mais um ciclo é fechado tanto para o município quanto para a Câmara Municipal. Encerrou seu discurso com um muito obrigado. **O vereador e presidente da Câmara Municipal, Greison Ribeiro**, começou seu discurso deixando uma mensagem de apoio ao senhor Jereba e a todos os envolvidos no acidente ocorrido com a van do TFD. Desejou que Deus conforte o coração da família do rapaz que faleceu no acidente. Pediu a proteção de Deus para todos os que precisam se deslocar do município para a capital São Luís. Encerrou dando um bom dia a todos. Terminados os discursos, o presidente Greison iniciou a Ordem do Dia.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO Nº 032/2025, solicita a instalação de iluminação pública no campo da Rua do Campo (Acochadinho), no Povoado Nova Vida. **Autora: Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano.**

O presidente Greison solicitou à Primeira-Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que procedesse à leitura do Requerimento nº 032/2025, de autoria da própria vereadora, Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano. Logo em seguida, o presidente Greison colocou o Requerimento nº 032/2025, de autoria da vereadora Marilene de Sousa Jerônimo Apoliano, em discussão. A **vereadora Anne Karolline** parabenizou a vereadora Marilene Jerônimo pelo seu requerimento. Ressaltou que já havia tido uma conversa sobre esse assunto com os moradores daquele povoado, explicando que ela já tinha comprado os refletores para os postes. A **vereadora Marilene Jerônimo** parabenizou a vereadora Karol pela compra dos refletores, pois ela já morou nesse povoado e sabe de sua realidade. Relatou que várias mães a procuraram para relatar que seus filhos têm o costume de jogar futebol no campo à noite e que elas ficam preocupadas com a segurança das crianças. Falou que é um espaço muito grande e tem que ser aproveitado. Pediu ao prefeito que atenda ao seu pedido, pois esse local servirá também para outras atividades. Terminadas as discussões, o presidente Greison colocou o **Requerimento nº 032/2025** em votação. O Requerimento nº 032/2025 foi **APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS**. Logo em seguida, o presidente Greison solicitou à Primeira-Secretária, Marilene Jerônimo, a leitura das mensagens nº 014/2025 e nº 01/2025, de autoria do Poder Executivo.

PARECER E PROJETO DE LEI Nº 008/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de São Luís Gonzaga para o período de 2026 a 2029 e dá outras providências. **Autor: Poder Executivo Municipal.**

O presidente Greison solicitou à Primeira-Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que procedesse à leitura do Parecer do Projeto de Lei nº 008/2025, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Logo em seguida, o presidente Greison colocou o parecer em discussão. Sem manifestação, colocou o **Parecer do Projeto de Lei nº 008/2025** em votação. O Parecer do Projeto de Lei nº 008/2025 foi **APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS**. Em seguida, o presidente Greison solicitou à Primeira-Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que procedesse à leitura do Projeto de Lei nº 008/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal. Logo em seguida, o presidente Greison colocou o Projeto de Lei nº 008/2025 em discussão. Em seguida, o presidente Greison colocou o **Projeto de Lei nº 008/2025** em votação. O Projeto de Lei nº 008/2025 foi **APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS**.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

PARECER E PROJETO DE LEI Nº 009/2025, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão para o exercício de 2026 e dá outras providências. **Autor: Poder Executivo Municipal.**

O presidente Greison solicitou à Primeira-Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que procedesse à leitura do Parecer do Projeto de Lei nº 009/2025, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Logo em seguida, o presidente Greison colocou o Parecer em discussão e votação. O Parecer do Projeto de Lei nº 009/2025 foi **APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS**. Logo após a votação do Parecer, o presidente Greison solicitou à Primeira-Secretária, vereadora Marilene Jerônimo, que procedesse à leitura do **Projeto de Lei nº 009/2025**, de autoria do Poder Executivo. Logo após a leitura, o presidente Greison colocou o **Projeto de Lei nº 009/2025** em discussão. A vereadora **Marilene Jerônimo** iniciou sua fala afirmando que todos sabem da importância de estarem votando o projeto, ressaltando que esses projetos irão nortear as despesas do município e, de modo especial, indicar de que forma a gestão realizará seus gastos em cada secretaria. Destacou que o projeto apresenta valores que, quando observados, levam a imaginar que o município poderá realmente se tornar um município de primeiro mundo, diante dos valores ali estabelecidos por aquele projeto de lei. Afirmou que fica feliz com os valores apresentados, imaginando que esses recursos serão bem repassados aos seus devidos setores, para que São Luís Gonzaga realmente comece a avançar. A vereadora afirmou que tem esse sentimento ao votar, de que está votando realmente pelo melhor para a cidade. Acrescentou que também cabe aos vereadores, mesmo sendo iniciante na Câmara, a responsabilidade de votar e, posteriormente, fiscalizar aquilo que foi votado, para saber se está sendo cumprido. Ressaltou que, às vezes, há omissão, inclusive por parte do Poder Legislativo, quando se vota e depois não existe uma fiscalização adequada. Apesar disso, declarou confiar na gestão e acreditar que os recursos serão destinados aos trabalhos sociais, educacionais, à área da saúde e à cultura. Enfatizou que o município realmente precisa avançar, avançar para melhor. A vereadora destacou que São Luís Gonzaga possui hoje cento e setenta e um anos de história e que é necessário sair da mesmice de apenas reclamar e não agir. Afirmou que muitas vezes se reclama e se permanece de braços cruzados, sendo necessário falar menos e agir mais, para que todos participem de forma efetiva. Ressaltou que é preciso que a gestão seja realmente democrática, conforme colocado pelo gestor municipal, com a participação da sociedade civil e do Poder Legislativo, que também representa a sociedade civil, para que se possa ter uma cidade mais digna para se morar, criar filhos e criar netos. Afirmou que espera que, no futuro, quando todos estiverem mais velhos, possam olhar para trás e dizer que ajudaram a construir a história da cidade, que votaram aquela lei, que a lei foi cumprida e que possam sentir orgulho de dizer que moram em São Luís Gonzaga, uma cidade em processo de evolução. Destacou que toda cidade está sempre em processo de evolução. Declarou acreditar na gestão atual, esperando que ela tenha bons olhos e que realmente atenda aos anseios das pessoas que votaram no prefeito Dr. Emanoel Filho e também



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

das pessoas que não votaram, pois ele é prefeito de todos. A vereadora afirmou esperar que São Luís Gonzaga tenha uma melhor qualidade de vida e que todos possam se orgulhar de dizer que moram no município. Ressaltou que, ao observar o montante de recursos que será empregado, sente-se animada, esperando que sejam sanadas questões como o abastecimento de água, a iluminação pública, as escolas e a saúde. Declarou esperar que todos os setores incluídos no orçamento sejam realmente atendidos, para que se possa alcançar qualidade de vida e para que todos se sintam felizes por participar ativamente do processo histórico da cidade. A vereadora afirmou que permanece com esse sentimento de esperança por dias melhores para São Luís Gonzaga, terra que declarou amar profundamente, afirmando que ama aquele pedaço de chão e que dá o seu esforço para que as coisas realmente mudem no município. Ressaltou que também é necessário parar apenas de reclamar e passar a agir enquanto pessoas e enquanto sociedade civil. Citou que foram realizadas várias audiências públicas e que a participação popular foi muito pequena, observando que muitas pessoas se preocupam em estar nas redes sociais, em grupos, falando mal, mas, quando ocorre uma audiência pública, em que as pessoas precisam participar e colocar sua voz para ser ouvida, muitas ficam em casa. A vereadora convocou a população de São Luís Gonzaga a participar das audiências públicas, a acompanhar de perto e a dar sua opinião, pois, conforme sempre afirma, a história da cidade está sendo construída no presente, não no passado nem no futuro. Ressaltou que todos são agentes de transformação da cidade e que não importa se a pessoa é quebradeira de coco, integrante de comunidade quilombola, zelador, professor ou qualquer outra profissão, pois qualquer pessoa pode participar ativamente da construção dos orçamentos, estar na Câmara, dar sua opinião e fazer valer o seu voto, cobrando das pessoas em quem votou melhores condições de vida para a sociedade. A vereadora encerrou sua fala afirmando que fica registrado seu sentimento de esperança de que os valores previstos sejam empregados para melhorar a vida das pessoas em São Luís Gonzaga. Em seguida, **o vereador Eleonilson**, mencionando a cordialidade demonstrada por ele naquela manhã, informou que o vereador Dr. Raimundo desejava utilizar a palavra antes, cedendo-lhe a fala. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** iniciou sua fala cumprimentando a todos e afirmou que, quando retorna às atividades com muito entusiasmo, costuma conversar de forma reservada. Relatou que, há pouco, conversou com a vereadora Marilene e observou uma dotação orçamentária muito elevada, porém com uma realidade totalmente distorcida daquilo que está previsto nessa dotação. Declarou sentir tristeza, pois, enquanto Poder Legislativo, os vereadores têm contribuído, votado e aprovado. O vereador mencionou que, no pequeno expediente, observou uma iniciativa da vereadora Anne Karolline, parabenizando-a, mas ressaltou que existe poder para isso, afirmado que ela estaria suprindo a ausência do Poder Executivo em algo elementar, que é a iluminação pública. Declarou sentir orgulho da vereadora e, ao mesmo tempo, tristeza por ela ter utilizado iniciativa privada para realizar algo que é obrigação do Executivo e que possui dotação orçamentária, e não pequena, para tal



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

finalidade. O vereador afirmou que não se trata apenas da questão da iluminação, mas que a situação é triste em quase todos os setores da vida social. Declarou que a saúde teve um desempenho pífio em dois mil e vinte e cinco, e mencionou que o sobrinho da vereadora Marilene ocupa o cargo de secretário de saúde. Relatou que, em conversas reservadas, assim como ocorre com a maioria dos secretários, observa-se uma dotação orçamentária enorme para cada secretaria, mas que esse dinheiro não chega. Ressaltou que os secretários muitas vezes não sabem de nada e não possuem poder algum. Afirmou que o secretário de saúde tem comparecido à Câmara com as melhores intenções, participado das discussões, perguntado às pessoas, conversado com as representatividades da saúde, mas que nada é resolvido. Declarou ser triste, pois a Lei Orçamentária Anual de dois mil e vinte e cinco já havia sido amplamente analisada, com muitos recursos destinados às secretarias. Citou o vereador Eraldo, lembrando que ele participou de outras gestões como vereador, bem como o vereador Eleonilson e a vereadora Antônia Canuto, destacando que todos podem falar com propriedade sobre o tema. Nesse momento, **o vereador Eraldo** interveio, afirmando que, todos os anos, a Câmara vota a LOA e que, naquele caso específico, o orçamento para dois mil e vinte e seis seria de 139 milhões de reais. Em seguida, o vereador Eraldo afirmou que, em vez de ficarem tristes, é preciso ficarem indignados, correr atrás e acompanhar de perto. **O vereador Dr. Raimundo Salazar** agradeceu ao vereador Eraldo, afirmando que a participação e o aparte foram muito oportunos. Destacou que, conforme foi dito, trata-se de muito dinheiro para pouca ação, apesar de os vereadores terem votado e aprovado. Ressaltou que agora falta fiscalizar com mais eficiência. Declarou acreditar que, em dois mil e vinte e seis, os vereadores foram muito condescendentes, aguardando respostas do Executivo, mas acabaram observando uma grande disparidade entre a boa vontade do Legislativo e a ausência de firmeza do Executivo para responder à sociedade. Relatou que, naquela mesma manhã, recebeu uma mensagem de uma moradora de São Luís Gonzaga solicitando dinheiro para realizar um exame complementar. Ressaltou que o povo precisa saber que existe dinheiro público e que o vereador não tem obrigação nem dever de tirar dinheiro do próprio bolso, pois vereador não recebe dotação orçamentária, apenas salário. Destacou que, mesmo assim, o caminho mais próximo que a comunidade encontra é o vereador, e que tudo acaba recaindo sobre ele. O vereador afirmou que não apenas em São Luís Gonzaga, mas na grande maioria dos municípios, os secretários assumem cargos sem autonomia real. Citou um episódio ocorrido em plenário, quando o vereador Eliseu cobrou uma promessa do prefeito relacionada à disponibilização de máquinas agrícolas, e a vereadora Antônia Canuto respondeu que ele deveria pedir à esposa, que é secretária. Relatou que o vereador respondeu que ela não manda em nada, não tem poder para nada, classificando o episódio como cômico e representativo da realidade. O vereador afirmou que vive-se em um mundo de faz de conta e que chega ao final do ano entristecido e decepcionado com a estrutura de poder existente, onde um poder se sobressai a outro e avassala o Poder Legislativo. Declarou que todos acabam sendo coniventes com essa



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

situação. Relatou sentir vergonha de falar sobre a questão da água, afirmando que em todas as sessões o tema é discutido e que, recentemente, precisou tomar banho utilizando recipiente, mesmo possuindo cisterna e caixa d'água, destacando a gravidade da situação. O vereador ressaltou que, enquanto o Poder Legislativo não utilizar a autoridade que possui, a situação não mudará, citando como exemplo a independência do Congresso Nacional, que participa efetivamente da destinação orçamentária. Comparou com a realidade local, afirmando que os vereadores não possuem sequer pequenas emendas para destinar recursos a comunidades específicas, o que, segundo ele, esvazia ainda mais a representatividade da Câmara. Relatou que recentemente esteve no hospital para realizar um procedimento e que não havia antibiótico disponível, afirmando que durante uma semana o hospital ficou sem esse medicamento. Questionou o atendimento prestado a pacientes com pneumonia, infecção urinária e infecções gastrointestinais, que receberam apenas dipirona. Destacou que as consequências dessa ausência do Poder Executivo refletem diretamente na qualidade de vida da população e até na morte de cidadãos. O vereador afirmou que muitas pessoas morrem pela ausência de políticas públicas adequadas e pelo mau uso do dinheiro público. Ressaltou que, enquanto crimes comuns são punidos severamente, mortes causadas pela omissão do poder público muitas vezes não geram responsabilização. Declarou que essa prática é comum em cidades pobres e pequenas, onde os secretários acabam sendo meras figuras decorativas. Citou falas de vereadores e ex-secretários para reforçar que muitos secretários atuam como marionetes, sem poder real de decisão. Afirmou que a cidade vive uma farsa política, comparando a situação a uma obra literária, onde o planejamento apresentado está muito distante da realidade vivida pela população. O vereador defendeu que é necessário falar, questionar e expor a realidade, citando novamente a vereadora Anne Karoline, que utilizou recursos próprios para iluminar um espaço público, questionando para onde está indo o dinheiro público. Questionou também o grande número de encaminhamentos de pacientes de São Luís Gonzaga para o hospital de Bacabal, principalmente por meio de ambulâncias, indagando o que estaria acontecendo no sistema de saúde local. Afirmou que esses questionamentos não têm caráter pessoal, mas institucional, ressaltando que, se o Legislativo não tiver consciência e coragem para reconhecer que algo está errado e falar sobre isso, perde-se completamente a representatividade. Questionou, por fim, para que os vereadores foram eleitos, afirmando que, pelo que observa, nenhum secretário possui poder real de mando. Afirmou que toda essa situação também recai sobre os ombros dos vereadores e que é preciso assumir essa responsabilidade. **O Vereador Eliseu** dirigiu-se ao Dr. Raimundo, afirmando que, ao ouvir suas palavras, percebeu nelas sinceridade, o que também lhe causou tristeza. Destacou que sua esposa, conforme citado anteriormente, ocupa o cargo de Secretária Municipal de Agricultura. Ressaltou que ela, assim como os demais secretários, infelizmente, possui poder zero, enfatizando que não se trata de falta de competência, mas da ausência de autonomia para exercer as funções. Segundo ele, a culpa recai sempre sobre o secretário, que é acusado de



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

não fazer nada, quando, na realidade, o problema está na falta de independência administrativa. O vereador afirmou que, assim como os vereadores daquela Casa têm um papel a desempenhar enquanto representantes do povo, os secretários também possuem suas atribuições. Exemplificou mencionando a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA), ressaltando que, antes de aprovar a LOA, deveria haver consulta e conhecimento sobre o que é prioritário para o município, como educação, saúde e cultura. Criticou o fato de os vereadores votarem algo sem pleno conhecimento do conteúdo, apenas com base no que está no papel. Pontuou que os vereadores não têm participado efetivamente da discussão da LOA e do orçamento do ano seguinte, limitando-se apenas à votação, sem convivência ou aprofundamento no conteúdo orçamentário. Destacou a necessidade de mudança nesse processo, defendendo que é imprescindível ter conhecimento do que se está votando, inclusive dos valores expressivos destinados às secretarias, mencionando cifras milionárias que, segundo ele, nunca havia visto ou sequer ouvido falar antes. O vereador Eliseu afirmou que espera que os recursos destinados a cada secretaria sejam utilizados para beneficiar a população de São Luís Gonzaga do Maranhão, contemplando áreas como educação, saúde, agricultura e assistência social. Reforçou que o papel do vereador é tão importante quanto o do Executivo municipal, lembrando que muitos eleitores acreditam que o vereador “não faz nada”, quando, na verdade, são os vereadores que votam as leis que viabilizam a execução do orçamento no ano seguinte. Ressaltou que, sem a aprovação da Câmara, nada pode ser executado. Segundo ele, o prefeito executa, mas os vereadores precisam votar para que a execução seja possível. Reiterou a fala do Dr. Raimundo sobre a falta de autonomia dos secretários, concordando que isso é uma realidade histórica no município, em todas as gestões que conhece. No entanto, reconheceu que a culpa também recai sobre os vereadores, que igualmente não possuem pleno conhecimento da LOA que estão votando, concluindo que, mesmo assim, o processo segue. Na sequência, a **Vereadora Marilene** manifestou-se, esclarecendo que desejava falar especificamente sobre a questão das secretarias. Relatou que atuou como Secretária Municipal de Cultura por quase oito anos e explicou que a Secretaria de Cultura não é ordenadora de despesas. Por esse motivo, encontra-se subordinada a outra secretaria, geralmente a de Administração. Explicou que todas as secretarias que não possuem fundo próprio precisam estar vinculadas à Secretaria de Administração para qualquer despesa. Detalhou que, para adquirir itens básicos, como uma resma de papel, é necessário solicitar à Secretaria de Administração, assim como para realizar eventos, sendo obrigatório o envio de ofícios. Afirmou que esse é o funcionamento administrativo, pois, se a secretaria não é ordenadora de despesas, não tem como ordenar gastos. Ressaltou que nenhum secretário de cultura é ordenador de despesas, estando sempre atrelado à Secretaria de Finanças ou Administração. Explicou ainda que secretarias que possuem fundo próprio, como Saúde, Educação e Assistência Social, funcionam de forma diferente. Entretanto, no caso da Cultura, o secretário não assina despesas nem é responsável pela prestação de contas, função que cabe ao



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

Secretário de Administração, que gerencia o orçamento. Destacou que sua fala se deu em razão do debate sobre a falta de autonomia, reforçando que há secretarias que ordenam despesas e outras que não, esclarecendo que não se trata de falta de recursos, mas de ausência de poder para ordenar gastos. Em seguida, o **Vereador Dr. Raimundo** afirmou que já havia sido secretário no município de São Luís Gonzaga, tendo exercido o cargo de Secretário Municipal de Saúde por seis meses. Na sequência, o **Vereador Eliseu** interveio, dirigindo-se à Vereadora Marilene, afirmando já ter presenciado situações em que Secretários de Saúde foram presos, ressaltando que todos ali estavam presentes e que não se deveria desviar do foco da discussão, afirmando que a situação estava clara. O **Vereador Dr. Raimundo** prosseguiu, afirmando que, se a pessoa não ordena despesas, isso configura um problema grave, pois o que resta ao secretário é apenas uma figura caricata perante a sociedade, desprovida de poder real. Segundo ele, essa figura acaba se tornando alvo de críticas e até de memes, sendo vista como responsável por falhas que não estão sob seu controle. Questionou por que apenas as Secretarias de Saúde e Educação possuem secretários coparticipantes do orçamento, com poder para ordenar despesas. Indagou-se, de fato, o Secretário de Saúde de São Luís Gonzaga assina despesas, afirmando que, quando ocupou o cargo por seis meses, pediu demissão exatamente por não possuir qualquer poder de gerência na secretaria. Relatou que se recusou a permanecer como uma figura decorativa, comparando o papel do secretário sem autonomia a uma marionete, manipulada por alguém nos bastidores. Afirmou que essa realidade não se restringe a São Luís Gonzaga, sendo comum em cidades pequenas. Relatou que acompanhou gestões em outros municípios, como Bacabal, onde os secretários possuíam autonomia, inclusive em gestões anteriores. Destacou que, além de competência técnica, é necessário afinidade e confiança do prefeito para que o secretário tenha autonomia. Criticou nomeações feitas apenas como compensação política, afirmando que, nesses casos, o prefeito não confia nem delega poder. Retomando o tema orçamentário, afirmou que, durante a discussão da LDO e da LOA de 2025, na gestão anterior, houve amplo debate entre os vereadores e grande volume de recursos destinados às secretarias. No entanto, destacou que, ao final de cada ano, todos acabam frustrados, afirmando que há um sentimento generalizado de insatisfação com a gestão atual, evidenciado pelas constantes reclamações da população sobre a ausência do poder público. Ao tratar da área da saúde, mencionou o falecimento de uma amiga, relatando que ela frequentava o cemitério e tinha zelo pelo local, chegando a cuidar da limpeza e manter a chave. Informou que ela sofria de infecções respiratórias recorrentes e, como médico, afirmou que muitas mortes ocorrem por ausência do poder público. Citou a situação do cemitério, com túmulos a céu aberto, favorecendo a disseminação de bactérias. Relatou que a amiga tentou contato com ele uma semana antes de falecer, mas não houve tempo para ajudá-la. Atribuiu a morte à ausência de políticas públicas, destacando que o problema do cemitério se arrasta por diversas gestões, apesar das cobranças feitas por vereadores ao longo dos anos. Afirmou que as pessoas adoecem e morrem de



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

forma silenciosa, caracterizando essas mortes como crônicas, causadas por condições precárias. Citou exemplos como a falta de merenda escolar adequada, estradas empoeiradas, ausência de água potável, diarreias, distúrbios eletrolíticos e desnutrição, ressaltando que essas mortes passam despercebidas. Defendeu que o tema é pertinente e precisa ser discutido, criticando a falta de debates profundos na Casa Legislativa. Afirmou que, se não puder falar, renunciaria ao mandato, pois não aceita apenas chancelar decisões sem debate. Disse sentir vergonha de não poder expressar o que o povo deseja que seja dito, denunciando as mortes silenciosas que ocorrem ao longo dos anos. Relatou que muitos de seus amigos já faleceram, atribuindo isso ao desvio de recursos, exclusão social, abandono do povo e ausência de políticas públicas eficazes. Criticou a falta de fiscalização da Câmara sobre o Executivo e afirmou que se inspira nas palavras do Presidente Greison, que já declarou que renunciaria ao cargo caso não pudesse exercer plenamente suas funções. Ressaltou que pobreza é sinônimo de morte e lamentou que os indicadores sociais de São Luís Gonzaga não tenham melhorado ao longo dos anos. Destacou que São Luís Gonzaga é a cidade mais pobre da região, apesar de ter sido berço de diversos municípios que hoje apresentam melhores condições. Criticou a prática de solicitar serviços básicos por meio de requerimentos, afirmando que tais ações são obrigação do Executivo. Defendeu a elaboração de projetos mais estruturantes e afirmou que o “feijão com arroz” da administração pública não deveria precisar ser solicitado diariamente pelos vereadores. **O Vereador Eraldo** solicitou um aparte e, ao fazer uso da palavra, referiu-se à fala anterior sobre doenças respiratórias, em especial a dispneia e a asma, destacando que tais problemas ocorrem com frequência, principalmente em crianças, e acabam causando mortes de forma lenta e progressiva. Ressaltou que, há cerca de vinte ou trinta anos, não existia nas comunidades o tráfego intenso de carros e veículos como existe atualmente. Explicou que as pessoas já moravam à beira das estradas, porém o deslocamento era feito por meio de animais ou bicicletas, inexistindo o fluxo constante de veículos motorizados. O vereador destacou que São Luís Gonzaga possui cento e setenta e um anos de história e que, felizmente, muitos povoados são bastante habitados, citando como exemplo o Centro da Josina, Olho d’Água do Zé Branco, Olho d’Água dos Grilos, Tingidor, Encruzilhada e Azedo, locais onde o tráfego de caminhões e carros é intenso. Defendeu que, ao menos nesses trechos onde há maior concentração populacional, o asfalto já deveria estar implantado. Argumentou que são povoados pequenos, com extensões de trezentos a quinhentos metros, o que possibilitaria ao prefeito buscar emendas parlamentares junto a deputados. Pontuou que, com cerca de cinco quilômetros de asfalto, seria possível contemplar vários povoados, proporcionando melhores condições de vida à população local. Acrescentou que essa observação se dá pelo fato de que, em São Luís Gonzaga, intervenções desse tipo ocorreram apenas no bairro Nova Vida, em algumas ruas e no bairro Claridade, locais que já se encontram bastante deteriorados. Finalizou afirmando que é necessário melhorar a situação do povo e agradeceu pelo aparte concedido. Em seguida, **a Vereadora Marilene** solicitou a palavra



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

para fazer uma observação. Relatou que, quando o Vereador Eliseu afirmou que ela estava equivocada, gostaria de questioná-lo sobre quando a esposa dele, enquanto secretária municipal, teve autonomia para realizar algo sem a determinação direta do prefeito. Em seguida, solicitou que ele respondesse posteriormente. A vereadora afirmou que não estava equivocada ao dizer que o secretário que não ordena despesas não possui autonomia para realizar ações sem a determinação do prefeito ou do gestor da pasta. Declarou que não estava desinformada, destacando que exerceu o cargo de secretária e realizou seu trabalho com zelo e dedicação, obtendo resultados. Ressaltou que gostaria de ter feito mais, porém apenas foi possível executar aquilo que o prefeito autorizou. Afirmou ainda que, ao longo dos cento e setenta e um anos de história de São Luís Gonzaga, desafiava alguém a apontar um secretário que tenha realizado alguma ação sem o conhecimento ou autorização do prefeito. Enfatizou que nenhum secretário, independentemente de quem seja, executa algo que não tenha sido determinado pelo gestor, em razão da hierarquia administrativa existente. Dirigiu-se novamente ao Vereador Eliseu, afirmando que ele havia dito que ela estava errada por não assinar a prestação de contas de uma secretaria que não ordena despesas. Lançou o desafio para que ele apontasse se sua esposa, enquanto secretária, possui autonomia para agir sem determinação do prefeito, deixando a questão em aberto. Na sequência, o Vereador Eliseu afirmou que a Vereadora Marilene estava equivocada em suas palavras. O Vereador Dr. Raimundo manifestou-se afirmando que acreditava ter havido uma má interpretação, esclarecendo que, em nenhum momento, alguém havia dito que o secretário deveria comandar ou agir de forma independente do prefeito. Ressaltou que ninguém havia afirmado isso. Explicou que, uma vez escolhido, o secretário deve ter poder de gestão, obviamente alinhado ao prefeito, que é quem decide. Contudo, destacou que o secretário é escolhido por ser técnico e, em princípio, possuir uma visão mais aprofundada sobre a pasta do que o próprio prefeito, razão pela qual foi selecionado. Utilizou a analogia de um time de futebol, afirmando que o prefeito é o técnico, que coordena a equipe, enquanto cada jogador exerce sua função em campo, sendo todos essenciais para o funcionamento do time. Observou que, ao longo do tempo, o que se percebe é que, em muitos casos, o secretário acaba apenas ocupando o cargo, recebendo sua remuneração e permanecendo em silêncio, sem exercer efetivamente sua função de gestão. Concluiu afirmando que iria encerrar sua fala e devolver a palavra ao presidente, agradecendo a gentileza. Em seguida, o presidente concedeu o aparte ao Vereador Eliseu. O Vereador Eliseu, retomando a discussão, afirmou que, mais uma vez, a vereadora estava equivocada em suas palavras. Ressaltou que não havia dito que o secretário deveria enfrentar o prefeito ou agir sem que este soubesse. Esclareceu que tudo ocorre por determinação do prefeito e que o secretário é uma pessoa de confiança para atuar dentro das normas da gestão municipal. Explicou que o que havia dito era que cada secretaria possui orçamento próprio e responsabilidade de gestão, por fazer parte do Poder Executivo. Dirigindo-se ao Vereador Raimundo, afirmou que, se ele havia sido secretário e não tinha conhecimento sobre



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

o orçamento da pasta, isso era lamentável, pois passou oito anos sem saber exatamente o que acontecia na secretaria. Afirmou que, nessa condição, teria sido uma “marionete”, conforme expressão utilizada anteriormente, por não conhecer nem mesmo a realidade interna da secretaria. **A Vereadora Marilene** interveio afirmando que nunca disse que não sabia dos valores orçamentários, mas sim que não ordenava despesas, ressaltando que são coisas distintas. Explicou que tinha pleno conhecimento dos valores que entravam na secretaria, porém não assinava prestação de contas nem ordenava despesas. Declarou que nunca se sentiu uma marionete, pois trabalhava de acordo com o prefeito e com a oportunidade que lhe foi concedida para atuar em conjunto. Reforçou que nunca assinou prestação de contas e que o que estava sendo questionado era uma interpretação equivocada de suas falas. **O Vereador Eliseu** afirmou que, ainda assim, parecia que ela era uma marionete. **A Vereadora Marilene** rebateu afirmando que não era marionete, mas que trabalhava dentro da hierarquia existente, ressaltando que hierarquia é necessária para o funcionamento de qualquer instituição. **O Vereador Eliseu** respondeu que hierarquia existe na Polícia Militar e no Exército. **A Vereadora Marilene** retrucou afirmando que até nas casas existe hierarquia. **O Vereador Eliseu** respondeu que, na casa dele, não existia hierarquia. **A Vereadora Marilene** afirmou que existe sim, pois há pai, mãe, tio e avô. **O Vereador Eliseu** afirmou que, em sua casa, quem manda são ele e a esposa, juntos. **O Presidente Greison** interveio, solicitando ordem aos Vereadores Marilene e Eliseu. **O Vereador Dr. Raimundo** agradeceu ao presidente e afirmou que a palavra estava com ele, destacando que havia concedido o aparte com anuência da Presidência. Ressaltou que o debate era saudável e não tinha caráter pessoal, mas conjuntural, envolvendo ele, Eliseu e Marilene. Declarou estar satisfeito por ter provocado uma discussão produtiva e respeitosa. Afirmou que, não apenas na gestão atual, mas também nas anteriores, o Poder Executivo em São Luís Gonzaga exerce seu poder de forma excessivamente centralizadora. Destacou a necessidade de os vereadores saberem se posicionar, fiscalizar e acompanhar a gestão pública, lembrando que foi para isso que foram eleitos. Expressou esperança de que o ano de dois mil e vinte e seis seja melhor que dois mil e vinte e cinco. Na sequência, **o Presidente Greison** chamou o Vereador Eleonilson e orientou que, caso alguém desejasse falar, solicitasse permissão a ele. **O Vereador Eleonilson** cumprimentou novamente o presidente e os colegas vereadores, parabenizando a condução da sessão, que classificou como calorosa, porém de grande importância. Destacou que a Câmara Legislativa é um espaço de debates, explicações e esclarecimentos, ressaltando que não se trata de uma igreja, mas de uma casa de debate. Afirmou que os Vereadores Raimundo, Eliseu e Marilene estavam cumprindo corretamente seu papel, pois não é admissível sair da sessão com dúvidas, nem deixar a sociedade em dúvida sobre o que está sendo debatido. Destacou que o orçamento em discussão para o exercício de dois mil e vinte e seis envolve aproximadamente R\$ 139.000.000,00 (cento e trinta e nove milhões de reais), e que a sociedade precisa saber como esses recursos serão investidos. Afirmou que não discordaria de



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

nenhum vereador, pois cada posicionamento depende da ótica de quem observa os fatos. Contudo, esclareceu que toda pessoa pública que trabalha em um ente público com recursos financeiros passa a ser responsável pela gestão desses recursos. Explicou que o prefeito é o principal ordenador de despesas, mas que secretários também podem ser ordenadores, desde que autorizados a gerir recursos por meio de empenhos, notas fiscais e pagamentos. Destacou que a prestação de contas deve ocorrer não apenas junto ao Tribunal de Contas, mas principalmente à sociedade, que é o primeiro ente a quem se deve satisfação. Ressaltou que, em São Luís Gonzaga, os secretários possuem atribuições formais, mas que, em cidades pequenas, muitas vezes os gestores se submetem a limites impostos para permanecer no cargo. Explicou que, em muitos casos, a permanência no cargo depende apenas de obedecer ordens sem questionamento, o que leva à frustração de planejamentos e projetos. Isso faz com que, aos olhos da sociedade, o secretário seja visto como figura de fachada, sem poder de decisão. Dirigindo-se à Vereadora Marilene, afirmou que, como professora, ela deveria ter mais cautela ao interpretar e responder às falas dos colegas. Esclareceu que ela não é ordenadora de despesas por ser funcionária pública lotada na secretaria e que, enquanto secretária, se não exerceu plenamente esse papel, foi porque abriu mão dessa atribuição. Ressaltou que, na gestão anterior, havia diálogo e abertura, citando como exemplo o ex-secretário Nani, conhecido por sua postura conciliadora. Afirmou que, mesmo que os secretários não sejam formalmente ordenadores de despesas, deveriam participar do planejamento, ter suas propostas acolhidas e condições para desenvolver seus trabalhos em benefício da população. Disse que, naquele momento, não se estava questionando a competência de ninguém, pois todos são competentes. Ressaltou que, quando alguém assume uma responsabilidade pública, também precisa se colocar como uma pessoa aberta ao diálogo, às propostas, às dinâmicas e ao novo conhecimento, para que seja possível fazer algo novo e diferente. Destacou que o orçamento em discussão era referente ao exercício de dois mil e vinte e seis e que o valor geral já havia sido citado anteriormente, totalizando cento e trinta e nove milhões. Acrescentou que, na história de São Luís Gonzaga, trata-se de um orçamento trabalhado como nunca havia sido antes, citando como exemplo o orçamento da Câmara Municipal. Explicou que, praticamente todos os anos, a Câmara perdia valores significativos, variando entre duzentos mil, trezentos mil e quatrocentos mil, e que, do ano passado para o presente, a perda seria superior a um milhão de reais. Explicou que isso ocorre porque o orçamento não é elaborado da forma correta, que deveria ser participativa. Afirmou que não existe participação efetiva na elaboração do orçamento, sendo, na prática, apenas uma reprodução do orçamento anterior, com pequenas correções anuais. Citou como exemplo que, se no ano anterior o orçamento era de cento e vinte milhões, no ano seguinte passou para aproximadamente cento e quarenta milhões, o que considera compreensível. No entanto, questionou onde ocorre efetivamente a melhoria e a redistribuição desses recursos. Segundo o vereador, os recursos acabam sendo direcionados apenas às secretarias que o governo deseja



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

priorizar, e não necessariamente àquelas que apresentam maior necessidade. Ressaltou que essa definição ocorre mais por interesse da gestão do que pela real demanda das secretarias. Citou como exemplo o valor orçado para o Gabinete do Prefeito, que ultrapassa um milhão. Em contrapartida, destacou o orçamento destinado à Secretaria de Juventude, que deveria ser uma pasta prioritária para o município, responsável por valorizar, acompanhar e investir na juventude de São Luís Gonzaga em todos os seus aspectos. Informou que essa secretaria contará com pouco mais de cem mil reais para todo o ano de dois mil e vinte e seis, classificando essa situação como vergonhosa. Enfatizou que não há outro termo para definir essa realidade e questionou como a gestão pretende desenvolver políticas públicas para melhorar a qualidade de vida da juventude com um investimento tão reduzido. Mencionou, inclusive, o valor aproximado de duzentos e vinte e oito mil reais destinado à Secretaria de Juventude, reafirmando a discrepância em relação a outras pastas. Apontou ainda que existem secretarias, como a Procuradoria-Geral do Município, que trabalham com dois ou três advogados e recebem mais de meio milhão de reais. Acrescentou que há outra secretaria que também conta com estrutura de procuradoria, recebendo entre trezentos mil e quase quatrocentos mil, o que, somado, chega próximo a um milhão. Questionou os motivos pelos quais essas secretarias recebem montantes tão elevados, afirmando que a resposta para isso pode ser facilmente encontrada ao se analisar os critérios adotados. Prosseguiu afirmando que, naquele momento, também se discutia a questão da agricultura no município, mencionando que a esposa do Vereador Eliseu ocupa atualmente o cargo de Secretária Municipal de Agricultura. Destacou que a Controladoria possui um orçamento de pouco mais de trezentos e sete mil. Em seguida, mencionou o orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, no valor de R\$ 3.811.000 (três mil oitocentos e onze reais), questionando se esse valor é muito ou pouco para atender a população agrícola de São Luís Gonzaga. Afirmou que, embora o valor pareça elevado, ainda é insuficiente se o objetivo for realmente melhorar a qualidade de vida da população pobre, humilde e sofrida, que sustenta o município, composta majoritariamente por agricultores e pescadores. Ressaltou que, apesar da importância dessa categoria, não há trator para arar a terra, não há caminhão exclusivo da Secretaria de Agricultura para atender às demandas, não existe caçamba ou qualquer outro equipamento básico, o que evidencia a falta de valorização do setor. Questionou onde está, de fato, a valorização dessa categoria, considerada a maior existente no município, e afirmou que, futuramente, alguém irá cobrar resultados da Secretaria de Agricultura. Nesse sentido, solicitou ao Vereador Eliseu que sugerisse à sua esposa, enquanto secretária, o desenvolvimento de um projeto ou planejamento para o ano de dois mil e vinte e seis, com ampla divulgação, inclusive na Câmara Municipal e nas redes sociais, para que a sociedade tenha conhecimento das propostas. Ressaltou que, dessa forma, seria possível identificar se os projetos serão atendidos ou não e que, caso não sejam executados, não se poderá atribuir culpa direta à secretaria, uma vez que ela não atua como ordenadora de despesas. Explicou que, nesses casos, o secretário apenas conhece os



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

valores orçamentários, sem poder de decisão direta sobre a execução financeira. Enfatizou que é fundamental que a sociedade tenha conhecimento desses dados para que possa cobrar ações concretas. Citou que existem diversos projetos possíveis na área da agricultura e afirmou não saber, no momento, quantos trabalhadores estão sendo atendidos atualmente pela agricultura familiar no município, por meio da compra local. Informou que, atualmente, o número gira em torno de pouco mais de vinte trabalhadores, enquanto, na gestão passada, esse número chegava a aproximadamente oitenta beneficiários. Afirmou que a redução desse atendimento não representa melhoria da qualidade de vida da população e que essa realidade está distante do que deveria ser alcançado pelo município. Destacou que essa situação não é responsabilidade apenas dos vereadores ou do presidente da Câmara, mas um problema estrutural da gestão pública. Ressaltou que não se trata apenas de oposição ou situação, mas de uma prática recorrente de mendigar serviços básicos, como piçarra ou máquinas para manutenção de estradas. Pontuou que inúmeros requerimentos são apresentados e aprovados naquela Casa Legislativa e que essa prática é conhecida por todos. Reconheceu que o Vereador Eraldo tem razão ao afirmar que muitos erros acontecem fora da Câmara, mas destacou que os próprios vereadores também cometem falhas. Afirmou que os erros acontecem externamente, mas que a própria Câmara também erra, uma vez que possui o poder moral de fiscalizar e acompanhar. Destacou que, atualmente, tudo aquilo que se pode imaginar como necessário para melhorar a qualidade de vida da população de um município está inserido no documento em discussão. Segundo ele, constam valores destinados a todo e qualquer tipo de obras públicas e políticas públicas voltadas à melhoria da vida das pessoas. Ressaltou que, se alguém pensar em uma motocicleta para a agricultura, isso está previsto; se pensar em um carro, também está previsto; se pensar em uma ambulância própria para atender os trabalhadores, igualmente está previsto. Enfatizou que tudo o que se idealizar está ali contemplado. Citou, de forma ilustrativa, que até mesmo a instalação de um corrimão de ouro em uma rua estaria prevista, dependendo apenas da quantidade de recursos disponíveis, reforçando que, se for possível fazer, o recurso está previsto no documento. O vereador destacou que, diante disso, torna-se muito mais fácil para os municípios e as cidades se desenvolverem. Contudo, avaliou que o problema central não é mais a falta de dinheiro, mas sim a questão do gerenciamento, ou seja, saber administrar e gerir adequadamente os recursos públicos. Questionou onde estaria o problema e afirmou que, muitas vezes, há omissão por parte dos próprios agentes públicos, que se calam, consentem e se conformam com determinadas situações relacionadas aos impostos. Ressaltou a necessidade de maior atenção a esse aspecto. Informou que há, atualmente, um montante superior a cinquenta e quatro milhões de reais destinados ao Fundeb, explicando que isso ocorre porque já consta no orçamento o valor dos precatórios que o município deverá receber em dois mil e vinte e seis, referentes aos precatórios a serem distribuídos, sendo 70% (setenta por cento) destinados ao pagamento dos servidores da educação. Destacou que esse montante precisa constar no orçamento



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

e que isso é de grande importância. Diante disso, fez um alerta aos servidores da educação, aos professores, professoras, aposentados e também aos familiares de servidores já falecidos que futuramente terão o mesmo direito, orientando que não paguem advogados para obter um direito que já é constitucional e que lhes pertence. Enfatizou que não há necessidade de pagar advogados que estariam cobrando, segundo relatos, cerca de 15% (quinze por cento). Citou como exemplo a situação do Estado, que negocia apressadamente esse percentual e que, até hoje, ainda enfrenta disputas judiciais. Reforçou que se trata de um direito constitucional já garantido em Brasília, sendo necessário apenas que o recurso chegue ao município. Aconselhou, portanto, professores, professoras e trabalhadores da educação que terão direito a esses precatórios a não pagarem advogados, afirmando que seus verdadeiros defensores são, em primeiro lugar, Deus e, em segundo, a Câmara de Vereadores, que irá fiscalizar, acompanhar e garantir que “se dê a César o que é de César”. Destacou que a lei já existe e está devidamente estabelecida. Dirigindo-se ao presidente da Casa, o vereador questionou se o tema não seria uma discussão importante, afirmando que, de fato, se trata de uma discussão relevante. Aproveitou para chamar a atenção do presidente, na condição de ordenador de despesas da Câmara Municipal, para a necessidade de um planejamento mais consistente para o Legislativo. Ressaltou que a Câmara é um poder independente e que precisa ser mais vista e ter seu nome mais conhecido pela sociedade. Informou que a previsão legal de repasse para a Câmara no próximo ano é de R\$ 4.168.000,00 (quatro milhões, cento e sessenta e oito mil reais) e manifestou a expectativa de que o presidente, juntamente com os vereadores, desenvolva um projeto para melhorar a atuação e o trabalho da Câmara, bem como o exercício da presidência. Destacou ainda que existe um projeto importante da Câmara que permanece engavetado e nunca foi colocado em prática: as sessões itinerantes. Defendeu que a Câmara precisa ir até o povo e que não se deve mais esperar que as comunidades se desloquem até a sede para ouvir os vereadores. Afirmou que o Legislativo deve ir ao encontro da população e lembrou que há um projeto de lei aprovado há muito tempo prevendo essas sessões, mas que ainda não foi implementado. Reconheceu que não seria possível realizar sessões em todos os povoados, mas sugeriu que se priorizem comunidades maiores, de forma regionalizada, conferindo maior importância e proximidade com a sociedade. Dirigindo-se ao vereador Greison, pediu que, até o final do mandato, seja realizada ao menos a primeira sessão itinerante. Ressaltou que, para isso, é necessário planejamento, inclusive quanto à condução dos vereadores, uma vez que a segurança dos parlamentares é de responsabilidade da Câmara. Destacou a importância de se pensar e planejar cuidadosamente a logística para a realização das sessões em locais determinados, deixando registrado esse pedido. O vereador afirmou ainda que votou e continuará votando favoravelmente, uma vez que a Lei Orçamentária Anual ainda será submetida à votação, justificando que o município não pode ficar sem orçamento. Declarou que gostaria que os valores fossem ainda maiores, mas ressaltou que, dentro da cifra apresentada, sua esperança é ver São Luís



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

Gonzaga melhorar, crescer e se desenvolver com os recursos disponíveis. Destacou que, se o município não dispõe de duzentos ou trezentos milhões, deve trabalhar com os cento e quarenta e nove milhões previstos, mas que esses recursos sejam devidamente investidos. Enfatizou que jamais se deve sair da sessão pensando que o vereador Eleonilson torce para que o prefeito erre. Pelo contrário, afirmou desejar que o gestor acerte, pois tudo o que for feito de bom para São Luís Gonzaga beneficiará toda a população. Ressaltou que, em situações de inconformismo, os vereadores devem indicar, apresentar, concordar ou discordar quando necessário, exercendo plenamente seu papel. Destacou que esse é o dever de cada parlamentar. Observou que o projeto em discussão se prolongou demasiadamente e que deveria ter sido encaminhado com mais antecedência, justamente para permitir maior tempo de análise, conforme mencionado pelo doutor Raimundo. Explicou que, no momento atual, a urgência se dá porque o projeto chegou tarde, tornando necessária sua aprovação imediata. Em aparte, **o Presidente Greison** afirmou que, em seus oito anos de mandato, acredita que esta foi a primeira vez que o PPA e a LOA chegaram dentro do prazo ao registro da Câmara. Reconheceu que, embora o tempo ainda seja curto diante da complexidade e dimensão das duas leis, destacou que, até então, foi o processo que chegou com maior antecedência. Retomando a palavra, **o vereador Eleonilson** afirmou que não se deve copiar aquilo que está errado, mas sim o que está correto. Ressaltou que, se no passado as práticas eram piores, é necessário cobrar, daqui para frente, melhorias, com maior antecedência no envio dos projetos, para que os vereadores possam desempenhar um trabalho mais qualificado. Destacou que os vereadores são advogados e juízes do povo, representantes da população, e que, por isso, precisam ter profundo conhecimento para defender melhor os direitos de todos. **A vereadora Marilene** pediu a palavra e afirmou que a explicação do vereador Eleonilson foi muito pertinente no que diz respeito à ordenação de despesas. Destacou que aquilo que ele explicou foi exatamente o que ela havia tentado esclarecer anteriormente: que quem presta contas ao Tribunal de Contas, no caso das secretarias que não ordenam despesas, é o prefeito, e não o secretário, sendo a Secretaria de Administração a responsável por fazer essa intermediação. Afirmou que a explicação foi clara e adequada. A vereadora também comentou sobre a Secretaria de Cultura, destacando que, na gestão anterior, mantinha uma relação muito boa com o secretário, fato acompanhado de perto pelo próprio vereador Eleonilson, que participava ativamente das ações da pasta. Ressaltou que, naquela gestão, a Secretaria de Cultura passou a ter, pela primeira vez, um espaço físico próprio, pois anteriormente os secretários eram nomeados, mas não havia sequer um local definido para atendimento. Destacou que, atualmente, a secretaria possui espaço físico, secretário atuante, trabalhos em desenvolvimento, e que a Escola de Música foi uma conquista da gestão do doutor Júnior, posteriormente transformada em lei, assim como o registro das bandas. Afirmou que houve, sim, compromisso com a cultura, ressaltando, contudo, que os resultados também dependem do secretário que ocupa a pasta e de sua capacidade de cobrança. Declarou que é frequentemente



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

taxada como antipática, mas que continuará sendo firme em suas posições, pois sempre defenderá seu ponto de vista, direito garantido pela Constituição, de concordar ou discordar e expressar suas opiniões, desde que fundamentadas na legalidade. A vereadora ressaltou que, atualmente, quando se fala em Secretaria de Cultura de São Luís Gonzaga, o município se tornou referência, sendo necessária a continuidade do trabalho implantado. Esclareceu que, em momento algum, afirmou ser marionete, reiterando que a explicação do vereador Eleonilson foi correta ao afirmar que quem ordena despesas e presta contas ao Tribunal de Contas não é o secretário, mas o prefeito, exceto nos casos de secretarias que possuem CPF próprio, em que o secretário é o ordenador de despesas. Explicou ainda que o secretário que está à frente de uma pasta deve insistir, mesmo diante de negativas, buscando sempre o melhor para a secretaria que administra. Ressaltou que, se o secretário se acomodar diante do primeiro “não”, não realizará nada, sendo preferível, nesses casos, pedir para sair. Destacou que insistência, persistência e cobrança fazem parte da gestão pública. A vereadora afirmou que, embora não se considere a melhor secretária, acredita ter feito a diferença enquanto esteve à frente da Secretaria de Cultura. Ressaltou que as sementes foram plantadas e que agora precisam crescer e dar bons frutos, como já vem ocorrendo. Afirmou que jamais falará mal do doutor Júnior no que diz respeito à cultura, pois teve abertura para trabalhar e realizar ações importantes, não tendo o hábito de “cuspir no prato em que comeu”. Por fim, destacou que existem programas federais cujas prestações de contas não foram realizadas, embora toda a documentação esteja disponível. Ressaltou que não cabe ao secretário prestar contas diretamente ao Tribunal de Contas, pois essa atribuição é do ordenador de despesas. Questionou de que forma o secretário pode ser responsabilizado se o prefeito não presta contas, uma vez que o secretário entrega toda a documentação e os processos, mas não possui competência legal para realizar a prestação de contas junto ao tribunal. Concluiu afirmando que esse foi o ponto central de sua explicação e que acredita que, agora, a questão ficou devidamente esclarecida. **O vereador Eleonilson** retomou a palavra e dirigiu-se ao senhor presidente para fazer uma retificação em sua fala anterior. Esclareceu que havia informado, equivocadamente, que o valor de R\$ 163.000,00 (cento e sessenta e três mil) era destinado à Secretaria de Juventude, fazendo a devida ressalva de que se tratava, na verdade, do orçamento da Secretaria Municipal da Infância e Adolescência. Destacou que, ainda assim, considera o valor muito baixo para ser trabalhado, especialmente diante da realidade enfrentada pelas crianças e adolescentes do município, marcada por inúmeros crimes e situações alarmantes. Ressaltou a necessidade de um investimento maior para que se possa formar jovens melhores e, consequentemente, adultos melhores no futuro. Esclareceu que o orçamento da Secretaria de Juventude é de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais), enquanto o da Secretaria da Infância e Adolescência é de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais). Em seguida, **o vereador Dr. Raimundo** pediu a palavra, mediante aparte, e destacou que a colocação do vereador Eleonilson foi muito oportuna ao comparar os valores destinados à Secretaria da Infância e



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

Adolescência e à Secretaria de Juventude, ressaltando que, somados, não chegam a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Defendeu que essas secretarias deveriam ser altamente fomentadas, uma vez que lidam diretamente com a formação do infante, do adolescente e do adulto do futuro. **O Presidente Greison** também se manifestou, ressaltando que essas secretarias podem realizar remanejamento de recursos, quando houver possibilidade legal. **O Vereador Dr. Raimundo** retomou a fala e afirmou que a obrigação da Câmara é justamente discutir o orçamento, esclarecendo que ninguém estava ridicularizando valores, mas debatendo e propondo sugestões de remanejamento, conforme mencionado anteriormente. Destacou que o curto prazo para análise dificultou uma discussão mais detalhada da dotação orçamentária. Ressaltou ainda que, diante da pobreza que impera no município, os recursos poderiam ter sido melhor distribuídos e utilizados. Afirmou ter ficado estarrecido com os baixos valores destinados às duas secretarias e, em contrapartida, com o elevado orçamento do gabinete do prefeito, que ultrapassa quase um milhão e meio de reais. Questionou quais despesas justificariam esse montante, mencionando que o gabinete se restringe basicamente a agenda do prefeito, relacionamento institucional e comunicação, ressaltando que a comunicação no município ainda é bastante limitada. **O vereador Eleonilson** complementou a fala, informando que o orçamento do gabinete do prefeito é de aproximadamente R\$ 1.359.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil reais), dos quais quase R\$ 100.000,00 (cem mil reais) são destinados exclusivamente a diárias. Destacou que, sempre que o prefeito estiver ausente do município de São Luís Gonzaga, fará jus ao recebimento de diárias, o que, segundo ele, explica o fato de o gestor permanecer mais tempo fora do município do que presente. Ressaltou que não fazia tal observação com viés político, mas com base em fatos, uma vez que as diárias são destinadas a quem está em viagem ou fora do município. Durante a discussão, **o vereador Eliseu** questionou se as diárias não seriam superiores ao salário do prefeito. **O vereador Eleonilson** respondeu afirmativamente, destacando que são significativamente maiores. **O vereador Eliseu** comentou, de forma descontraída, que seria vantajoso ser prefeito nessas condições. Em seguida, **o vereador Eleonilson** afirmou que respeitaria o direito de fala dos demais colegas que ainda desejavam se manifestar, encerrando sua fala. Agradeceu a compreensão dos vereadores, colocou-se à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais e também para responder a questionamentos, agradecendo a todos. **A vereadora Toinha Canuto** utilizou a palavra para cumprimentar novamente todos os presentes e comunicar à população que estava pronta para votar o projeto da Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de dois mil e vinte e seis. Ressaltou que sempre votou favoravelmente aos orçamentos, independentemente de quem estivesse à frente da gestão municipal, por entender que é dever dos vereadores garantir recursos para trabalhar em benefício da população de São Luís Gonzaga. Destacou que os valores apresentados são estimativas, podendo ser confirmados ou não, e que cabe aos vereadores fiscalizar quanto realmente entra de recursos e como o gestor os aplica em favor da população. Manifestou confiança



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

de que o gestor municipal continuará trabalhando, destacando que, no primeiro ano de gestão, o município foi recebido em situação difícil, mas que já se observam avanços. Afirmou acreditar que o gestor trabalhará também em dois mil e vinte e seis e nos anos seguintes, com a permissão de Deus, reforçando a importância da fiscalização e do acompanhamento dos recursos públicos. Encerrou agradecendo e destacando que o grande expediente foi bastante prolongado em razão da intensa discussão. **A vereadora Marineide Lisboa** cumprimentou a todos os presentes na Casa do Povo, bem como os ouvintes, e ressaltou a importância do tema em debate. Afirmou que a discussão estava sendo bem conduzida e esclarecedora, destacando a participação dos vereadores Dr. Raimundo Salazar, Eliseu, Marilene e Eleonilson. Observou que, para quem acompanha de fora, pode parecer que há conflitos na Câmara, quando, na realidade, trata-se de debates naturais, em que os ânimos podem se exaltar em razão da importância do tema. Ressaltou que houve, inicialmente, certa má interpretação, tanto por parte da vereadora Marilene quanto de outros vereadores, mas que a situação foi devidamente esclarecida pelo vereador Eleonilson. A vereadora destacou a importância de acompanhar as sessões, mesmo quando não se está presente fisicamente, para compreender corretamente os debates e evitar interpretações equivocadas. Agradeceu a Deus pelo esclarecimento do tema e ressaltou que todos estavam discutindo um assunto de extrema relevância: o orçamento do ano de dois mil e vinte e seis. Destacou que é positivo que esse debate esteja ocorrendo na Câmara, uma vez que se trata de valores milionários, conforme ressaltado pelo vereador Eleonilson. Observou ainda que, embora alguns vereadores falem menos, cada um possui uma forma própria de se expressar, e que, mesmo com repetições, é importante que todos tenham espaço para manifestar suas opiniões. Defendeu a necessidade de maior união entre os vereadores, ressaltando que a Câmara está dando um passo importante ao votar os projetos de lei em pauta. Mencionou fala anterior do vereador Dr. Raimundo Salazar, que apontou a necessidade de uma Câmara mais ativa e participativa, destacando que os vereadores precisam se movimentar mais, unir forças e agir com mais firmeza, sempre representando os interesses do povo. A vereadora Marineide afirmou não enxergar divisão entre vereadores de oposição ou situação, defendendo que todos devem se unir em prol da população. Destacou que o prefeito é aberto ao diálogo, relatando experiências pessoais em que foi bem recebida e ouvida pelo gestor municipal. Defendeu que, sempre que necessário, os vereadores devem se reunir e dialogar diretamente com o Executivo, inclusive no gabinete do prefeito. Ressaltou ainda a importância da participação popular, destacando que todos os projetos passaram por audiências públicas na Câmara, embora a presença da população ainda seja reduzida. Manifestou a expectativa de que, nas próximas audiências, haja maior participação, incentivando a população a se envolver mais na construção dos projetos e decisões do município. **O vereador Eliseu** também se manifestou, destacando que a Câmara é um espaço de debate e não um local para questões pessoais. Ressaltou que o debate é essencial e que divergências fazem parte do processo democrático. Afirmou que



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

estão discutindo a Lei Orçamentária Anual de dois mil e vinte e seis, que define os recursos a serem utilizados no próximo ano, e que os vereadores, como representantes do povo, devem agir com responsabilidade e consciência. O vereador Eliseu destacou que se encontra em seu primeiro mandato e que, inicialmente, não tinha pleno conhecimento sobre a LOA e o orçamento público, mas que, com a convivência com vereadores mais experientes, vem adquirindo mais informações para contribuir de forma qualificada nos debates. Explicou que cada secretaria possui seu orçamento próprio, destinado a atender suas demandas específicas. Declarou ter maior vínculo com a área rural e com a Secretaria de Agricultura, por sua origem no campo, ressaltando sua identificação com a agricultura familiar. Destacou que São Luís Gonzaga possui grande parte da população residente na zona rural, especialmente em áreas de assentamento, e que a Secretaria de Agricultura Familiar é fundamental para incentivar a produção e o abastecimento do município. Avaliou que, embora o valor destinado à secretaria possa parecer elevado, na prática é insuficiente diante das inúmeras demandas, como produção, assistência técnica, distribuição de sementes, aração e adubação, todas dependentes de recursos financeiros. Manifestou entendimento de que os valores ainda são baixos em relação às necessidades da secretaria, expressando a esperança de que o gestor municipal tenha sensibilidade e compromisso com a área, ressaltando que o prefeito possui conhecimento técnico por atuar nesse segmento. **O vereador Dr. Raimundo** solicitou um aparte, mencionando que a esposa do vereador Eliseu ocupa a função de secretária municipal, e, aproveitando a fala da vereadora Toinha, questionou sobre a expectativa e os investimentos realizados pela Secretaria de Agricultura no exercício de dois mil e vinte e cinco, destacando a proximidade do vereador com a pasta e buscando esclarecimentos sobre os resultados obtidos até o momento. **O vereador Eliseu** respondeu ao vereador Dr. Raimundo afirmando que não possuía conhecimento sobre o orçamento do ano anterior. Esclareceu que não poderia informar quanto foi destinado à Secretaria no exercício passado, pois não tinha acesso àquela Lei Orçamentária Anual. Ressaltou que sua fala se limitava ao orçamento do ano seguinte, que consta explicitamente na LOA em discussão, e que, a partir de janeiro até dezembro, faria a devida cobrança, caso a secretaria permanecesse à frente da pasta. Destacou que tudo depende do gestor municipal, uma vez que o cargo de secretário é temporário e não definitivo, podendo haver substituições a qualquer momento em caso de descumprimento de normas. O vereador explicou que não poderia informar quanto foi gasto anteriormente, por se tratar da gestão e do orçamento passados, sobre os quais não tinha conhecimento. Reiterou que não teve acesso à LOA do ano anterior, mas que, a partir daquele momento, com o orçamento atual em mãos, passaria a acompanhar e fiscalizar. Acrescentou que, no exercício em andamento, os gastos se restringiram basicamente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), um recurso federal iniciado em março, voltado à compra da produção do pequeno produtor rural. Informou ainda que havia se iniciado recentemente, há cerca de quinze dias, a etapa de aração das terras dos produtores, visando à preparação para o



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

plantio do próximo ciclo agrícola. O vereador Eliseu ressaltou que todos os vereadores possuem o mesmo papel de auxiliar o gestor na administração do município e destacou a importância da atuação do Legislativo na votação da Lei Orçamentária Anual. Enfatizou que os recursos ali previstos serão utilizados no município e que todos desejam o melhor para São Luís Gonzaga. Defendeu que não se trata de uma disputa entre situação e oposição, afirmando que ninguém é contra ninguém, pois o objetivo comum é combater a pobreza do município. Afirmou que o orçamento representa o primeiro passo para cobrar do gestor municipal a execução das ações necessárias no ano seguinte, destacando que a Câmara também tem o papel de cobrança. O vereador enfatizou que cabe aos parlamentares alertar o gestor sobre falhas existentes, uma vez que o prefeito não detém conhecimento pleno e imediato de tudo o que ocorre no município. Ressaltou que são onze vereadores, cada um com a função de fiscalizar, observar as falhas e levá-las ao conhecimento do gestor, para que sejam sanadas. Destacou que isso é benéfico para os vereadores, para a população e para o próprio gestor. Afirmou que não é contra o gestor e que integra o mesmo grupo político, mas que não se omite diante de situações que precisam ser cobradas. Defendeu que o bom vereador é aquele que fiscaliza, cobra e defende os interesses do povo de São Luís Gonzaga do Maranhão, ressaltando que foi eleito para isso e que cumprirá seu papel ao longo dos quatro anos de mandato. **O vereador Dr. Raimundo** esclareceu que a dotação orçamentária da LDO e da LOA de dois mil e vinte e cinco, planejada na gestão anterior, ultrapassou o valor de três milhões de reais. Em resposta, **o vereador Eliseu**, de forma descontraída, comentou que o colega estaria “pegando no seu pé”, encerrando o assunto. Em seguida, **o Presidente Greison** fez uso da palavra, cumprimentando a todos e pedindo desculpas à comunidade. Relatou que aprecia os debates realizados na Casa e que, apesar de estar debilitado de saúde, com febre e garganta inflamada, fez questão de comparecer à sessão por compromisso com o Legislativo e com a população. Informou que havia passado a noite anterior auxiliando no combate a um incêndio na zona rural, permanecendo em atividade até tarde, mas que, ainda assim, se encontrava presente para cumprir suas obrigações. Ao tratar da pauta do dia, o vereador Greison destacou a importância dos projetos do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), classificando-os como de suma relevância para o município. Ressaltou que os mandatos dos vereadores têm duração de quatro anos, mas que os orçamentos não são os primeiros nem serão os últimos, uma vez que o PPA é elaborado a cada quatro anos e a LOA anualmente. Observou que, ao longo dos anos, os orçamentos sempre existiram, mas que não é possível resolver todos os problemas do município em apenas um exercício financeiro. Destacou que São Luís Gonzaga, com cento e setenta e um anos de existência, não deveria enfrentar situações básicas de carência, considerando que o município dispõe de recursos próprios, além de emendas parlamentares e apoio do Governo Federal. Lamentou que, apesar disso, ainda se observe má administração dos recursos públicos, afirmando que, se cada secretaria aplicasse corretamente seus recursos, o município estaria em posição de destaque em



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

relação a outros. O vereador Greison agradeceu aos vereadores pelo empenho e compromisso na análise das duas leis, ressaltando que elas impactam diretamente a vida da população. Agradeceu às equipes de contabilidade e jurídica da Câmara, aos servidores da Casa Legislativa e, de forma especial, ao chefe de gabinete, senhor Manoel, destacando sua experiência e contribuição técnica na condução das leis orçamentárias. Agradeceu ainda à equipe da gestão municipal por acolher as reivindicações apresentadas e colaborar na elaboração de um PPA e de uma LOA renovados. Ressaltou que, em gestões anteriores, as leis orçamentárias eram frequentemente copiadas de exercícios passados, mantendo erros recorrentes que precisavam ser corrigidos anualmente por meio de emendas. Destacou que, pela primeira vez, a Câmara analisava uma LOA revisada e corrigida, elaborada com base em novos critérios. Salientou que o orçamento da Câmara foi elaborado pela própria equipe contábil da Casa e que a LOA apresentada é ampla e voltada ao benefício da população de São Luís Gonzaga. O vereador agradeceu aos participantes das audiências públicas e aos vereadores que, em reuniões internas, analisaram cuidadosamente as leis. Manifestou a expectativa de que os recursos públicos, que somam milhões de reais, sejam utilizados de forma responsável. Agradeceu, por fim, à população em geral e reforçou o convite para que, nas próximas audiências públicas, haja maior participação popular, de modo a contribuir com a condução das políticas orçamentárias. Na sequência, **o vereador Greison colocou em votação o Projeto de Lei nº 009/2025**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que estima a receita e fixa a despesa do município de São Luís Gonzaga do Maranhão para o exercício financeiro de 2026. O **Projeto de Lei nº 009/2025** foi submetido à votação, sendo **APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS**.

GRANDE EXPEDIENTE

A Vereadora Antônia Canuto solicitou a dispensa do Grande Expediente. O Presidente Greison colocou o pedido de dispensa em votação, sendo o referido pedido **APROVADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS**.

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Greison agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a presente Sessão Ordinária.

São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, 12 de dezembro de 2025.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
Palácio Legislativo "Serapião Ramos"
Avenida João Pessoa, n.º 33, Centro
CNPJ n.º 23.697.857/0001-08

GREISON RIBEIRO ARAÚJO

Vereador – Presidente

MARILENE DE SOUSA JERÔNIMO APOLIANO

Vereadora – 1^a Secretária

FRANCISCO ERALDO SILVA DE OLIVEIRA

Vereador – Vice-Presidente

ARLETE OLIVEIRA NUNES

Vereadora – 2^a Secretária

ELISEU ARAÚJO DE SOUSA

Vereador – 2º Vice-Presidente

ANNE KAROLLINE DA CONCEIÇÃO SANTOS

Vereadora

ANTÔNIA HERMENEGILDA CANUTO

Vereadora

ELEONILSON NASCIMENTO GOMES

Vereador

MARINEIDE LISBOA DOS SANTOS

Vereadora

RAIMUNDO NONATO MORAES SALAZAR

Vereador

RAFAEL LUNA DANTAS DA SILVA

Vereador